

## **ASPECTOS DA MEMÓRIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: EQUÍVOCOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

### **ASPECTS OF MEMORY WITHIN THE SCOPE OF LIBRARIAN PROFESSIONAL: MISTAKES, CHALLENGES AND POSSIBILITIES**

*Alex Medeiros Kornalewski*

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – alexmedeiros87@hotmail.com*

*Francisco Ramos de Farias*

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – frfarias@uol.com.br*

**Resumo:** Discutir sobre conceitos e aspectos da memória, com o intuito de dirimir equívocos quanto aos usos conceituais e práticos da memória na atuação do profissional bibliotecário, além de demonstrar alguns desafios e possibilidades de se trabalhar com a memória no cotidiano deste profissional da informação. O procedimento metodológico é a revisão bibliográfica com o intuito de analisar os conceitos comumente discutidos dentro do campo da Memória Social, tais como: processo de construção da memória, memória subterrânea, memória vicária, lugar de memória e a questão da duração. Assim, pretende-se aplicar estes conceitos no fazer do bibliotecário, especificamente no aspecto gerencial da biblioteca, além de promover uma discussão que fomente o uso dessas ferramentas de forma salutar, haja vista que os equívocos conceituais podem afetar a prática por intermédio de dispositivos de objetivação. Além disso, o campo da Memória Social é interdisciplinar, porém com o intuito de promover discussões transdisciplinares, o que reforça a necessidade de pensarmos a atuação do profissional bibliotecário além das ferramentas e práticas usuais dentro do seu campo de formação, tendo em vista que se o foco deste profissional é o usuário, logo é mister que o bibliotecário e demais profissionais que atuam com informação possam se adaptar as demandas do corpo social. Conclui-se que a discussão das ferramentas conceituais do campo da Memória Social, aplicado ao fazer do bibliotecário, são peças-chave no que diz respeito a revisão e fortalecimento de políticas, explicitado pela revisão conceitual sobre a política de desenvolvimento de coleções, além de proporcionar embasamento quanto a missão e visão da biblioteca. Em suma, a memória é ação.

**Palavras-chave:** Memória. Bibliotecário. Desenvolvimento de coleções. Dispositivos de objetivação.

**Abstract:** Discuss the concepts and aspects of memory in order to solve mistakes about the conceptual and practical uses of memory in the work of the librarian, besides showing some challenges and possibilities of working with memory in the daily life of this information professional. The methodological procedure is the bibliographic revision with the intention of analyzing the concepts commonly discussed within the field of Social Memory, such as process of memory building, underground memory, vicarious memory, place of memory and

the question of duration. Thus, it's intended to apply these concepts in the librarian's work, specifically in the managerial aspect of the library, besides promoting a discussion that encourages the use of these conceptual tools in a salutary way, since conceptual misunderstandings can foment the practice through devices of objectification. In addition, the field of Social Memory is interdisciplinary, but with the intention of promoting transdisciplinary discussions, which reinforces the need to think about the work of the professional librarian beyond the usual tools and practices within their field of activity, considering that if the focus of this professional is the user, then it is necessary that the librarian and other professionals who act with information can adapt the demands of the social body. It's concluded that the discussion of the conceptual tools of the Social Memory field, applied to the librarian's work, are key elements in the revision and strengthening of policies, as explained by the conceptual revision on the policy of development of collections, besides provide background on the mission and vision of the library. In short, memory is action.

**Keywords:** Memory. Librarian. Collection development. Objectifying devices.

## 1 INTRODUÇÃO

A memória tem uma plasticidade que lhe permite atravessar vários campos do conhecimento, os corpos, as instituições, haja vista que a memória, na esfera das relações humanas, é social. Assim sendo, como é a relação dos profissionais que de forma voluntária ou involuntária, atuam com as múltiplas nuances da memória? Sabe-se que o bibliotecário se encontra em um espaço que respira memória, seja pelo viés da instituição, do acervo, dos processos exercidos por este profissional no ambiente de trabalho, das políticas, ou seja, a memória percorre todas as bifurcações possíveis, o que implica em algumas reflexões.

Nessa relação complexa, vamos percorrer um caminho cujo procedimento metodológico é a revisão bibliográfica com o intuito de analisar os conceitos comumente discutidos dentro do campo da Memória Social, tais como: processo de construção da memória, memória subterrânea, memória vicária, lugar de memória e a questão da duração. Além de dirimir alguns equívocos comumente praticados ao pesquisarmos sobre a Memória Social, entendida como um campo de estudos em constante construção. Desta forma, o trabalho se desdobra da seguinte maneira: na seção que aborda os aspectos conceituais da memória, iremos discorrer sobre alguns equívocos dentre os quais podemos citar o uso inadequado do termo “memória social” como se fosse um conceito, ao invés de entendermos que este termo se refere a um campo de estudos interdisciplinar; em seguida, vamos discutir

sobre o equívoco do termo “resgate”; sobre a multiplicidade de memórias, haja vista que a mesma nunca é unívoca e também refletir sobre as implicações éticas e políticas da memória, pois a mesma não pode ser vista como se fosse inócua.

Na seção seguinte, vamos colocar em prática alguns conceitos do campo da Memória Social no fazer bibliotecário, dando destaque a política de formação e desenvolvimento de coleções. Em complemento, questões gerenciais e o entendimento de como formar, ou revisar, a missão e a visão da biblioteca se fazem necessários. Neste breve exercício, podemos depreender que a memória é algo que se entrelaça a biblioteca, ao profissional bibliotecário, o que reforça a importância de despendermos forças com o intuito de dirimir equívocos conceituais e estabelecermos reflexões sobre a nossa prática profissional.

## **2 VAMOS DIRIMIR ALGUNS EQUÍVOCOS? REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE A MEMÓRIA**

O presente trabalho procura dirimir alguns equívocos conceituais sobre a memória, a partir das seguintes seções: a memória social como um campo do saber, “resgate”, a memória não é unívoca e a inocuidade da memória.

O avanço dos diversos campos científicos e, por conseguinte, de seus entrelaçamentos com outros campos do saber, promovem o que chamamos de interdisciplinaridade. Essa abordagem promove o diálogo entre as áreas, em prol da construção de conhecimentos que coloquem em xeque a própria divisão disciplinar, “valorizando pesquisas capazes de atravessar os domínios separados” (GONDAR, 2016, p. 22). Em consequência, temos múltiplas perspectivas que surgem a partir dessas interações, trazendo novas visões muitas das vezes sobre o mesmo termo. Em exemplo, o termo memória é empregado de forma distinta na Informática, Letras, História, Biologia, Psicologia, Sociologia, Dança, Memória Social, Ciência da Informação entre outros. Em suma, seja um campo disciplinar ou interdisciplinar, a multiplicidade, e por sua vez a possibilidade de equívocos, se faz cada vez mais presente. Sendo assim, antes de discutirmos sobre alguns aspectos conceituais da memória, cabe-nos discutir sobre os equívocos cometidos pelas pessoas, e especificamente sobre o entendimento do conceito de equívoco.

O equívoco se distingue do erro. No primeiro caso, temos a criação de heterogeneidades

que são colocadas como premissas; enquanto que no segundo caso, o problema ocorre com premissas já constituídas e legitimadas como heterogêneas (CASTRO, 2005). Logo, temos no equívoco um jogo de criação, que pode vir a se tornar um pensamento, teoria ou mesmo prática “oficial” ao disseminarmos o resultado dessa concepção por intermédio das ferramentas de fala, discurso, textos científicos, imagens, costumes entre outros, dito de outra forma, podemos dizer que “o equívoco, em suma, não é uma falha subjetiva, mas um *dispositivo de objetivação*” (CASTRO, 2005, p. 154).

## 2.1 A MEMÓRIA SOCIAL É UM CAMPO DO SABER

O primeiro equívoco é pensar a memória social como se fosse um mero conceito, quando na verdade a mesma se estrutura como um campo de estudos. Esses estudos se fundamentaram a partir dos escritos *Les cadres sociaux de la mémoire* e *La mémoire collective* de Maurice Halbwachs, sociólogo francês oriundo da escola Durkheimiana, porém tendo sofrido influências de Henri Bergson, Halbwachs empregou a abordagem de que a memória envolve os aspectos de duração, continuidade e estabilidade, sem contudo, questionar a possibilidade da memória se constituir por intermédio da imposição, dominação e violência, ou seja, a memória era vista como uma ferramenta que promove a coesão social (POLLAK, 1989).

O fato de que a memória pode ser vista como um quadro do social, ao mesmo tempo em que a mesma se constitui a partir das múltiplas perspectivas individuais, mostra-se como uma grande contribuição para a sociologia, ao mesmo tempo em que fundamenta um campo específico que tem por interesse refletir sobre a construção e os efeitos da memória no corpo social, de forma a abrigar inúmeros autores que contribuem de forma direta ou indireta para a constituição e atualização desse campo do saber.

Logo, podemos dizer que o campo da Memória Social vive em constante construção, mas não podemos cair no equívoco de empregar o termo “memória social” como se fosse um conceito, como ocorre, por exemplo, nos empregos seguintes: “analisar a construção da memória social de uma determinada sociedade”, “Estudar o ritual Kuarup<sup>1</sup> como uma memória social em

---

<sup>1</sup> O Kuarup é um ritual de homenagem aos mortos ilustres, celebrado pelos povos indígenas da região do Xingu, no Brasil.

permanente construção”, “os símbolos afro-religiosos permitem a ressignificação da memória

social” entre outras circunstâncias cujo equívoco, acarreta na objetivação do termo memória social como se fosse um conceito, negligenciando-o como um campo de estudos interdisciplinar.

Todavia, podemos discorrer sobre a construção da memória, o que nos incita a refletir sobre o seguinte aspecto: a organização, haja vista que a memória, independente de se constituir de forma consciente ou inconsciente, se organiza em “função das preocupações pessoais e políticas do momento” (POLLAK, 1992, p. 204). Logo, os efeitos de gravar, recalcar, exclusão, inclusão, relembração, esquecer, silenciar e afins, são resultados oriundos do processo de construção, ou podemos dizer de organização, da memória (POLLAK, 1992).

Podemos exemplificar esse processo de construção em vários níveis e fenômenos, desde uma massa protoplasmática até as complexas tomadas de decisão do ser humano. Se pensarmos em um nível elementar como a da ameba, temos uma matéria viva que é flexível à vontade, além de crescer e evoluir tomando os seguintes rumos: de um lado, ela pode direcionar-se para ação, independente do grau de profundidade ou intensidade; do outro, a mesma pode se manter tal como está, suprindo suas necessidades sem ter que se mover, sendo que em ambos os casos a característica principal que se mostra presente é a questão da consciência (BERGSON, 2009).

Assim, é possível observar a consciência, e portanto a qualidade de escolha, dos seres, pois mesmo uma ameba se estabelece a partir dos caminhos e métodos empregados para sua sobrevivência, o que denota um enquadramento, uma organização, de como proceder para se mover, se alimentar, para crescer, se deslocar ou manter-se fixo em um determinado lugar, o que demonstra que a consciência e seu caráter de escolha se encontra imanente em todos os seres (BERGSON, 2009).

Em suma, podemos dizer que o campo da memória social passa por constantes modificações, ou que o mesmo vive em permanente construção. No que diz respeito a palavra memória como um conceito, podemos dizer que a mesma se constrói a partir dos conflitos entre lembranças e esquecimentos, o que nos faz pensar na existência de uma consciência, e por conseguinte, na escolha que pode promover tanto uma coesão, quanto conflitos no corpo social.

## **2.2 “RESGATE”**

Tornou-se senso comum o uso do termo “resgate” aplicado aos aspectos da memória em

prol de um retorno salutar ou que se faz necessário. Frases como “promover o resgate da memória da biblioteca”, “o acervo permite o resgate da memória daquele que efetuou uma doação à biblioteca”, “devemos resgatar as memórias daqueles que sobreviveram a ditadura” empregam o termo “resgate”, como se a memória fosse um objeto congelado no tempo e passível de ser fisgada por um pescador muito habilidoso, cuja característica principal é a de não modificar ou deturpar esse “peixe” chamado memória.

Entretanto, pensar a memória como algo que pode vir a ser “resgatado” é um grande equívoco, haja vista que a memória, tal como Pollak nos apresenta, é algo que se constrói a partir de lembranças e esquecimentos, ou seja, a partir daí, temos a noção de que toda memória é ao mesmo tempo algo que está em evidência, mas que também deixou muitos fragmentos ancorados ao esquecimento (POLLAK, 1989). Logo, não podemos empregar o termo resgate, pois não há possibilidade de trazermos a memória como se fosse um passado engessado, dito de outra forma, a memória, ou, “a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança” (GONDAR, 2016, p. 35).

Outro equívoco por trás do termo “resgate” é o fato de atrelarmos a memória como algo que advém do passado. Na verdade, a memória se apoia na fonte do passado, mas se constitui no presente, tendo em vista o porvir, ou seja, a memória tem por função “reter o que já não é, antecipar o que ainda não é” (BERGSON, 2009, p. 5). Por mais que a memória traga em sua formação lembranças, portanto traços do passado, a mesma só se constitui como memória no presente, a partir da nossa consciência, nossas escolhas em prol de uma ação para o futuro, o que inviabiliza o uso do termo “resgate”, pois não se resgata a memória, mas se permite a sua criação, sempre no presente.

## **2.3 A MEMÓRIA NÃO É UNÍVOCA**

Halbwachs apresenta-nos a tese de que a memória não é puramente individual, haja vista que depende do meio, dos grupos para se construir, ou seja, a memória se mostra como um fenômeno social que se modifica de acordo com “as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Todavia, a memória não se restringe a uma única construção social. Se a constituição da memória depende dos múltiplos pontos de vista dos sujeitos para se constituir, também podemos dizer que estes pontos de vistas são versões

singulares da memória. Em exemplo, podemos ver inúmeras políticas de desenvolvimento de coleções que divergem de acordo com as especificações de uma biblioteca. Por mais que a preocupação seja a mesma, estabelecer critérios para as coleções da biblioteca, uma biblioteca vai priorizar sua formação com base no acervo de química, outra vai priorizar acervo didáticos de cursos de graduação, outra vai priorizar apenas periódicos, outra vai priorizar a atualização do acervo.

Por vezes essa multiplicidade de memórias podem se entrelaçar formando uma só, ou mesmo promover novas formações mnésicas, como é o caso dos eventos (seminários, congressos e afins) no qual os profissionais e pesquisadores estabelecem comunicações com seus pares, de forma a promover o diálogo entre vários pontos de vista da memória. Por trás dessa interação entre as memórias tem-se “a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012, p. 213).

A noção de narrador em Benjamin é crucial para entendermos a importância da memória como algo que não pode ser visto como um ser unívoco, pois tal como vimos no questionamento do termo “resgate”, a memória não é algo engessada, única, que só existe uma versão, construída para propiciar uma determinada coesão social. Mesmo a memória dita nacional, abriga em seu interior várias outras perspectivas que buscam por um espaço no qual podem alçar voo.

Se pensarmos na crítica social, podemos citar uma miríade de autores que pensam sobre a vulnerabilidade de diversas formas, de escritas diferentes: Castro Alves, preocupava-se com a questão dos escravizados; Lima Barreto refletia sobre a situação do negro nas cidades; João do Rio escrevia sobre os negros, pobres, prostitutas, bêbados, presos. Múltiplas visões, ou memórias, que promovem a discussão sobre a vulnerabilidade.

A memória se apresenta de diversas formas, seja pelo viajante de terras distantes, seja pelo senhor que nunca saiu do seu pequeno ambiente, seja por aquele que narra tanto a sua experiência como a que lhe foi relatada por outros, o que demonstra que mesmo ao estabelecermos um esforço para enquadrar a memória, não podemos nunca pensar que a mesma é unívoca, pois sempre haverá outros que anseiam por narrar sua experiência, sua memória (BENJAMIN, 2012).

## **2.4 INOCUIDADE DA MEMÓRIA**

Ao desenvolvermos uma pesquisa que trabalhe com as ferramentas conceituais da memória, devemos ter cuidado ao construir uma memória como se fosse um *modus veritas* de uma determinada esfera social. Se a memória é uma construção que se dá no presente com vistas ao porvir, ao mesmo tempo em que pode apresentar outras versões sobre a mesma temática, é mister que dediquemos um espaço para discutir as implicações éticas e políticas da memória.

A memória resulta de um sujeito, sociedade e destina-se ao futuro, sendo, portanto, dotada de uma intencionalidade (GONDAR, 2016). O fato de um ser possuir consciência para seguir, escolher e agir em determinados caminhos, não significa que as trilhas descartadas não existam ou não estejam disponíveis para o mesmo ou para outrem. Além da memória “oficial”, por exemplo, a memória construída em torno dos termos de “nação”, “pátria” e afins, também temos a promulgação do esquecimento de minorias, tais como: a classe pobre, pessoas de determinada orientação sexual, religiosa, dependentes químicos, estrangeiros e demais diferenças que costumam ser ignoradas, apesar dessas “memórias subterrâneas” ressurgirem em diversos momentos, de forma a promover uma disputa de memórias (POLLAK, 1989).

Depreende-se que a memória subterrânea, também se aplica a todos os níveis individuais e sociais ou institucionais, independente dos seres e grau de complexidade, se constitui de forma velada tanto no caso da formação de uma memória dita “oficial”, “nacional”, como nas inúmeras capilaridades, dentre as quais podemos questionar o que há de subterrâneo na formação de um determinado grupo social, instituição, processos empregados em determinados serviços e afins.

Se podemos dizer que a memória é uma construção processual, que pode eclodir na formação de uma memória adotada como principal, em detrimento de outras memórias que são subjugadas, também é pertinente pensarmos no processo de “vicarização” da memória, ou seja, na memória que substitui ou faz as vezes de outrem.

Em seu livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), Sarlo evoca algumas definições sobre este caráter substitutivo da memória, no qual ela designa a palavra vicária como, aquilo que lembramos sem contudo ter vivenciado (YOUNG, 2002), além de considerar este processo como pós-memória (HIRSCH, 2012). o conceito de memória vicária estabelece um diálogo com Pollak, pois o mesmo qualifica a apreensão destas memórias como acontecimentos “vividos por tabela”, confirmando uma sensação de pertencimento do indivíduo



ou grupo na memória sem necessariamente ter presenciado o fato que esta evoca (POLLAK, 1992).

Sarlo exemplifica a atuação da memória vicária ao discorrer sobre a maneira como a memória da ditadura militar na Argentina se constitui e se legitimou de tal forma que soterrou a memória de ex-presos políticos, exilados, perseguidos. Consta-se que ao mesmo tempo em que se instaura uma memória, outra torna-se velada, portanto passa ao status de uma memória subterrânea. Diante das possibilidades de atuação da memória, muitas das vezes em nível nacional e global, podemos constatar que a inocuidade da memória é impossível.

### **3 O BIBLIOTECÁRIO EM AÇÃO: A MEMÓRIA COMO UMA FERRAMENTA DE GESTÃO**

O bibliotecário e demais profissionais que atuam com a informação, também podem dizer que trabalham com os preceitos básicos da memória. Entretanto, dizer que o bibliotecário trabalha com a memória de uma instituição, acervo ou pessoa, ao mesmo tempo em que afirma que a biblioteca é um lugar de memória significa tanto quanto nada, ao mesmo tempo em que banaliza o entendimento conceitual e as ferramentas do campo de estudos interdisciplinares da Memória Social que podem ser aplicadas no cotidiano do profissional e da instituição em que o mesmo exerce suas funções.

Independente do mundo de possibilidades disponíveis para discutirmos a importância de se trabalhar com a memória em uma biblioteca, devemos ter clareza quanto a dois pontos principais que norteiam a política de uma biblioteca: sua missão e visão. A missão pressupõe a “razão de ser” ou o motivo para o qual a biblioteca existe; no caso da visão, temos a representação de um estado futuro desejado, ou seja, como a instituição/biblioteca pretende ser vista e reconhecida, assemelhando-se a uma meta, apesar de não apresentar um prazo determinado de alcance (SCORSOLINI-COMIN, 2012).

Se a missão da biblioteca é, por exemplo, “promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação” ou “contribuir para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão”, é necessário tomar cuidado para que essas premissas que norteiam a escrita de uma missão não promovam equívocos e, por conseguinte, atuem como dispositivos de objetivação (CASTRO,

2005). Cada verbo utilizado na escrita de uma missão pressupõe uma ação, logo, a biblioteca deve se preocupar de fato em exercer as funções que descreve, além de procurar subsídios para manter a sua missão. Em exemplo, de nada adianta a biblioteca escrever na missão “promover o acesso”, se a mesma acredita que basta prover o acesso remoto ao acervo. Há muitos fatores que devem ser considerados, tais como: pensar no acesso à informação para deficientes visuais, problemas de audição, autismo, cadeirante, ausência de conhecimentos como a operação de softwares de pesquisa e navegação na biblioteca digital ou presencial e afins. Se a missão incorpora o “incentivo ao uso e a geração de informação”, ela deve considerar: treinamento no uso das fontes de informação para os usuários, educação continuada dos profissionais que atuam na biblioteca, ter uma política de competência informacional bem estruturada na biblioteca e sua instituição mantenedora, promover o marketing de serviços (pois muitas das vezes o usuário não utiliza dos recursos da biblioteca por desconhecimento dos serviços que a mesma pode proporcionar), incorporar o resultado/produto das pesquisas feitas em parceria com o usuário (inserir os projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses e artigos no acervo, promover o feedback das pesquisas feitas pelos usuários) entre outras ações que respaldam a biblioteca como um lugar que gera informação.

Cabe-nos pensar que uma missão e visão bem estruturadas, consideram aquilo que se é ao mesmo tempo em que diz aquilo que deseja ser. Assim sendo, é mister refletir sobre o que é a biblioteca, para quem serve, o que pretende, além de considerar a relação entre o que deve ser exaltado e o que deve ser excluído na construção da memória da biblioteca, pois se a mesma não apresenta, por exemplo, uma estrutura adequada para se descrever como um espaço que promove a acessibilidade, é inegável que a mesma deve suplantar este termo na constituição de sua missão. Portanto, construir a missão e a visão de uma biblioteca não é apenas escrever uma premissa para cada tópico, mas sim pensar que há uma relação entre o que será evocado em detrimento do que será esquecido, o que afirma o caráter seletivo da memória, ao mesmo tempo em que a mesma possibilita a constituição de uma identidade (POLLAK, 1992).

O conhecimento sobre os aspectos conceituais da memória também instiga-nos a pensar sobre o modo de construção e manutenção da política de formação e desenvolvimento de coleções. Neste caso, vale iluminar o termo política. Toda política implica em uma escolha ética, que por sua vez nos faz pensar sobre uma consciência, ou memória, sendo esta entendida como uma “conservação e acumulação do passado no presente” (BERGSON, 2009, p. 5). Ao

pensarmos na construção de critérios para a aquisição e manutenção de um acervo, muitos dados já disponíveis sobre a biblioteca são utilizados para a construção da política, sendo que todos os critérios adotados são legitimados no momento em que o bibliotecário, com a sua respectiva equipe, oficializa a política que será adotada, ou seja, a política de formação e desenvolvimento de coleções bebe da fonte da memória, no que diz respeito a pesquisa e o levantamento de dados feito pelo bibliotecário, mas ela só se torna real a partir das decisões tomadas no presente.

Para Vergueiro (1989), o desenvolvimento de coleções é composto por seis etapas interdependentes, a saber: estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbaste. Em todas as etapas é possível, e recomenda-se, pensar em como se dá os processos da memória, no que diz respeito aos critérios de que lembranças devem ser evocadas em detrimento do que será esquecido, ao mesmo tempo em que toda construção de memória pode, e muito provavelmente realiza, um processo de substituição do que será suplantado em prol do que irá adquirir o status de algo oficial (POLLAK 1989; SARLO, 2007). Claro que os autores citados a pouco discutem a memória dentro de um escopo maior, que é o caso dos efeitos mnésicos dentro da esfera do Estado. Todavia, esses conflitos se dão desde uma escala microscópica, tal como vimos com o exemplo da ameba, até uma política em escala global. Podemos investigar como se dá a memória nessas etapas da política de formação e desenvolvimento de coleções.

No estudo da comunidade, é crucial o entendimento sobre os “aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado” (FIGUEIREDO, 1998, p. 65). Logo, é um trabalho de memória exercido pelo bibliotecário ao investigar e levantar dados sobre um determinado segmento, real ou potencial, em que se almeja atender. Além disso, que critérios podem vir a ser negligenciados, ou esquecidos, de forma voluntária ou involuntária? Se a biblioteca tiver como prioridade o acervo e fomento a pesquisas na área do audiovisual, será interessante que a mesma esteja localizada próximo ao seu público alvo, caso não como ela deve se portar para suprir a demanda deste grupo? Que outros grupos podem ficar de fora com esta decisão política? Há meios de incorporarmos outros grupos no uso desta biblioteca especializada? Será que não vai afetar a missão, e por sua vez a visão, da biblioteca? Consolidar uma política de coleções não é meramente atender um público, envolve decisões estratégicas, cuja essência envolve o que será evocado em detrimento do que será esquecido.

Quanto a política de seleção, temos um instrumento que se destina a dar suporte “às

decisões de seleção e deve informar: a identificação dos responsáveis de seleção; os critérios utilizados no processo; os instrumentos auxiliares; as políticas específicas; os documentos correlatos” (VERGUEIRO, 1995, p. 68). No caso da seleção, temos um “processo de tomada de decisão título a título” (FIGUEIREDO, 1998, p. 84). Em ambos os casos, interessa-nos olhar para as múltiplas formas de memória, pois as tipologias documentais e a equipe responsável devem ser encaradas como potenciais narradores, a prover subsídios a partir de suas experiências, seja por intermédio de reuniões, análises documentais, observação dos processos empregados na política de seleção, cuidado na escolha de cada título. Tem-se um momento em que o “intercambio de experiências” (BENJAMIN, 2012) se faz necessário incorporando, para além da experiência do bibliotecário, todo saber oriundo de outros profissionais da equipe, documentos e afins.

A aquisição envolve uma complexidade pelo fato de que nas instituições públicas, determinadas leis são consideradas para se escolher os meios de financiamentos e captação de recursos, fornecedores, instrumentos de compra, entre outros pontos. Porém o bibliotecário pode acessar todos os registros de aquisições anteriores, ou estabelecer uma análise do tipo *benchmarking*<sup>2</sup> para tornar essa etapa mais prática, quiçá flexível e rápida. Nesta análise temos a essência do que é trabalhar com a memória, haja vista que o bibliotecário, ao analisar e implementar a aquisição, almeja captar aquilo que foge nas instituições em que ele observa. Essa tentativa de captar é o que permite a construção de uma memória, sendo este um trabalho paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o profissional tenta enquadrar, ou organizar uma memória para fins de atuação, também deixa inúmeros vestígios escaparem do enquadramento, o que reforça a importância de pensarmos a atuação do profissional, em consonância com a memória, como algo que se constitui a partir das preocupações pessoais, éticas e políticas do momento (POLLAK, 1992).

Na etapa de avaliação, três aspectos são fundamentais para pensarmos este processo: primeiro, quem será o responsável pelo processo; segundo, definir padrões e critérios de

---

<sup>2</sup> *Benchmarking* é o processo de investigação em que uma empresa ou biblioteca determina o quão competitivo são seus processos frente aos dos concorrentes, através da comparação, no caso com outras bibliotecas.

avaliação; terceiro, pensar na metodologia que será aplicada no processo de avaliação (WEITZEL, 2013). A própria escolha do responsável já denota uma implicação política passível ao mesmo tempo de princípios que serão utilizados em detrimento de outros que serão alocados no esquecimento. Contudo, a escolha dos padrões (assunto do acervo, usuário, tipologia documental, custo) e critérios (conteúdo, adequação ao usuário, características físicas, especiais) devem estar alinhadas com o que se espera da biblioteca, em consonância com a missão e visão, o que intercala tanto a pesquisa do que deverá ser utilizado, com as decisões do responsável que se dá no presente, com vistas ao porvir. Logo, a política se alinha com o viés da duração (BERGSON, 2009).

Quanto ao desbaste, ou seja, “o ajuste do acervo às necessidades da comunidade e à missão institucional” (WEITZEL, 2013, p. 65), podemos aplicar toda conceitual da memória já apresentada nas etapas anteriores, pois pensar na retirada de um material, é colocar em prática uma política ao mesmo tempo de memória e de esquecimento, pois quais critérios devem ser considerados para tal? O espaço, tempo máximo de disponibilidade de uma publicação no acervo, a desatualização, a não pertinência de uma obra em relação ao público da biblioteca. Há inúmeros critérios que podem ser considerados, mas compreende-se que a relação memória/esquecimento age de forma entrelaçada, ao mesmo tempo que o próprio descarte de um acervo pode contribuir para realçar uma coleção que outrora estava soterrada na biblioteca.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

As reflexões apresentadas demonstram que a relação do profissional bibliotecário com a memória é muito mais do que apenas o perpetuar de discursos vazios e superficiais tais como “o bibliotecário trabalha com a memória de uma instituição” ou “a biblioteca é um lugar de memória”. Na verdade, o cerne de atuação deste profissional envolve a memória e suas múltiplas nuances. Todas as decisões, construções políticas, pesquisas, formação e desenvolvimento de coleções e afins envolvem os aspectos da memória, de forma que memória não pode ser vista como algo estanque ou que paira tal como uma névoa no ambiente de trabalho do bibliotecário. Pode-se dizer que a memória é ação, se dá no presente e se destina ao vindouro, sendo uma constante a percorrer cada feito deste profissional da informação.

Todavia, devemos tomar alguns cuidados ao trabalharmos com os aspectos concernentes ao campo da memória social, para que não caiamos nos vastos equívocos que podem se perpetuar adquirindo o status de verdade, sendo que o desafio dos profissionais da informação consistem para além da atuação, no modo como este emprega seus discursos, utiliza-se de conceitos e afins.

Algumas inquietações persistem: que outros equívocos conceituais e, por consequência, práticos se constituem no âmbito de atuação do bibliotecário? Quais são os impactos da memória que podem ser analisados quando pensamos uma política de formação e desenvolvimento de coleções para uma determinada tipologia de biblioteca? O repensar da atuação profissional, em consonância com os conceitos do campo da Memória Social apresentados oferece que inovações em termos de gestão do acervo, pessoas e dados fornecidos pelos usuários? Apesar de o bibliotecário estabelecer uma relação intrínseca com a memória em toda sua atuação profissional, podemos inferir que ainda há muito que perscrutar.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios Sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.v. 1.

BERGSON, Henri. **A energia espiritual**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Equívocos da identidade. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1998.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929> >. Acesso em: 31 ago. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRSCH, Marianne. **The generation of postmemory: writing and visual culture after the holocaust**. Nova York: Columbia University, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 43, n. 3, p. 325-333, jul./set. 2012.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8055/8233>>.

Acesso em: 1 set. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

YOUNG, James. **At memory's edge**. Connecticut: Yale University, 2002.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.